Serra do Facão Energia S.A.

Sefac
Serra do Facão Energia S.A

SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 07.727.966/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2014

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e societárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A Serra do Facão Energia S.A., ao final do exercício de 2014, no quarto ano consecutivo de operação comercial com capacidade total, teve algumas dificuldades, assim como outros agentes do setor elétrico, dificuldades estas, basicamente decorrentes do ano hidrológico desfavorável e que teve como consequência, o desequilíbrio econômico-financeiro da Companhia, impactando os seus resultados e principalmente, o seu fluxo de caixa. A Companhia foi consideravelmente impactada pelos custos com compra e liquidação de energia elétrica, sendo que estes custos foram bastante influenciados pelas variações de GSF (Fator de Ajuste de Energia), PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) e por último, pelos custos associados aos encargos de ESS (Encargos de Serviços do Sistema), mais especificamente, Encargos por Segurança Energética, somando estes custos, o montante de R$111 milhões ao final do exercício, ou seja, 2,78 vezes o Resultado Líquido projetado para o ano corrente. A combinação de todos estes impactos negativos fez com que a Companhia, ao final do exercício, apresentasse um Prejuízo Líquido de (R$30.503) milhões, com uma margem líquida de -11,39%, representando -247% de variação em relação ao ano anterior e abaixo das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. O EBITDA foi de R$27.159 milhões, uma variação de -77,2% em relação ao Plano Operacional de 2014 e -70% em relação ao ano de 2013. Os custos gerenciáveis apresentaram um aumento de R$2,176 milhões em relação ao plano de 2014 e redução de R$0,871 milhões em relação ano de 2013. Em relação ao financiamento junto ao BNDES, a amortização acumulada até o final do exercício soma R$278 milhões, sendo R$74 milhões durante o ano de 2014, além de R$19 milhões vinculados na conta garantia do financiamento. Em relação aos dividendos propostos e adicionais referente ao ano de 2013, estes não foram distribuídos no ano calendário de 2014 devido aos problemas aqui relatados e também devido às perspectivas de resultado e de caixa para o ano, mesmo que a aprovação desta distribuição de dividendos que tinha sido efetuada em abr-14 através de AGE. A Administração da Companhia, em out-14, por precaução, postergou o pagamento da distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios do ano calendário de 2013 até o reestabelecimento econômico e financeiro da Companhia. Visando a minimização dos impactos financeiros decorrentes dos fatores aqui relatados, bem como a qualação de compromissos de curto prazo, em novembro de 2014, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco Itaú BBVA, no valor total de R$50 milhões. O referido financiamento possui prazo de carência de 180 dias e será amortizado em 01 (uma) única parcela, em 20 de maio de 2015.Devido às dificuldades econômicas e financeiras deparadas pela Companhia no ano de 2014, a Administração obteve aprovação do BNDES para o não atendimento do "*covenant*" referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida "ICSD" de 1,3 para os exercícios de 2014 e 2015. Do ponto de vista do desenvolvimento do empreendimento, em 2014 as obras civis e as montagens eletromecânicas foram totalmente concluídas. Foi possível otimizar a geração de energia elétrica de modo a atingirmos a marca de 3.396.108 MWh em dezembro de 2014, geração total desde o início da operação em 2010, marca alcançada, mesmo considerando a redução de geração devido ao deplecionamento do reservatório, o enchimento da UHE Batalha situada à montante da UHE Serra do Facão e considerando também as programações do ONS como o objetivo de atender as necessidades do SIN. Outro fato relevante é que a Companhia obteve uma performance muito boa no seu primeiro ano de equipe "primarizada", após o processo de finalização do contrato com empresa terceirizada para O&M da Usina e contratação de equipe própria. Durante o ano de 2014, a Usina Serra do Facão obteve Índice de disponibilidade de 99,25%, comparado a 97%, previsto no plano operacional. No período de 05 (cinco) anos, a Usina obteve o índice de disponibilidade de 93,24%, comparado ao índice de 89,58%, definido pela EPE. No ano de 2014 não houve parada programada para revisão das unidades geradoras. Quanto à segurança das instalações e colaboradores, destacamos que no ano corrente, a Operação e Manutenção da Usina transcorreu sem a ocorrência de nenhum acidente de trabalho, perfazendo um excelente resultado acumulado de 53 meses ou 1.632 dias sem acidentes de trabalho dentro das instalações da Usina. No que diz respeito às ações socioambientais, destaca-se a obtenção da Renovação da Licença de Operação pelo período adicional de 06 anos, válida até Set-2020. O Termo de Encerramento Contratual junto ao COFAC (Consórcio Construtor da Serra do Facão), bem como os respectivos documentos associados, foram totalmente assinados e o processo foi considerado como concluído. **Perfil da Empresa:** Em 28 de junho de 2001, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão n° 002/2001, por meio do qual o Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão - GEFAC arrematou a concessão para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no rio São Marcos, entre os municípios de Catalão, Davinópolis, Campo Alegre, Ipameri e Cristalina, Estado de Goiás e Paracatu no Estado de Minas Gerais. O Contrato de Concessão 129/2001 - ANEEL - AHE Serra do Facão e seus aditivos regulam a referida exploração da UHE Serra do Facão. A Usina Hidroelétrica, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 16 de outubro de 2001, publicado no Diário Oficial de 17 de outubro de 2001, tem potência instalada de 212,58 MW e as instalações de transmissão compreendem uma linha de transmissão, em 138 kV, com 32,5 Km de extensão, circuito duplo, conectando-se à Subestação Catalão. A energia assegurada da Usina Hidroelétrica é de 182,4 MW médios, sendo que nesse total estão incluídos 76,7 MW médios relativos a ganhos incrementais a jusante. Em 31 de dezembro de 2014, a composição acionária da Sociedade e as respectivas participações eram as seguintes:

Furnas Centrais Elétricas S.A.	49,4737%
Alcoa Alumínio S.A.	34,9737%
DME Energética S.A.	10,0877%
Camargo Corrêa Energia S.A.	5,4649%
	100,0000%

A Participação Acionária é composta por ações **Ordinárias e Preferenciais**, conforme a seguir:

AÇÕES ORDINÁRIAS	
Furnas Centrais Elétricas S.A.	37,4023%
Alcoa Alumínio S.A.	43,3294%
DME Energética S.A.	12,4978%
Camargo Corrêa Energia S.A.	6,7705%
	100,0000%

AÇÕES PREFERENCIAIS	
Furnas Centrais Elétricas S.A.	100%
Alcoa Alumínio S.A.	0%
DME Energética S.A.	0%
Camargo Corrêa Energia S.A.	0%
	100%

Situação da Empresa: A Usina Hidroelétrica Serra do Facão iniciou a operação comercial da Unidade Geradora n° 01 em 13 de julho de 2010, através do Despacho ANEEL n° 2.001 de 12/07/2010, publicado no DOU em 13 de julho de 2010 e a Unidade Geradora n° 02 teve sua operação comercial autorizada pela ANEEL, em 7 de agosto de 2010, através do Despacho ANEEL n° 2274 de 6 de agosto de 2010, publicado no DOU em 9 de agosto de 2010. O Empreendimento, em conjunto com outras hidroelétricas, participa do PAC - Programa de Aceleração do Crescimento instituído pelo Governo Federal visando garantir o fornecimento de energia elétrica para os próximos anos, sendo que a UHE Serra do Facão foi inaugurada oficialmente em 19 de outubro de 2010 pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A SEFAC obteve do BNDES a autorização para concessão de financiamento no valor de R$520 milhões, firmado no Contrato de Financiamento n° 09.2.0124-1, em 05/03/2009, além de um financiamento suplementar no valor de R$56 milhões, firmado sob o n° 09.2.1328-1, totalmente quitado em dezembro de 2010. Com base nas projeções e perspectivas para o ano de 2015, a Administração busca alternativas para mitigar os eventuais impactos decorrentes da continuidade de fatores desfavoráveis ao setor elétrico, sendo a principal alternativa, a emissão de debêntures. Todos os processos necessários para concretizar esta estratégia estão sendo adotados pela Administração da Companhia. A Administração demonstra preocupação com a continuidade dos problemas hidrológicos, que causam o desequilíbrio econômico e financeiro da Companhia, através de custos com compra e liquidação de energia elétrica, devido às oscilações desfavoráveis em termos do Fator de Ajuste de Energia ("GSF") e Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD").

Desempenho Econômico Financeiro			Variação
Indicadores Empresariais	dez/14	dez/13	2014 / 2013
Dados Econômicos-Financeiros (R$mil)			
Receita Operacional Bruta	299.598	278.500	8%
Receita Operacional Líquida	267.783	251.327	7%
EBITDA	27.159	89.263	-70%
Resultado do Serviço - EBIT	3.283	64.902	-95%
Resultado Financeiro - Exceto JSCP	(33.786)	(34.303)	-2%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(30.503)	19.478	-257%
Ativo Total	1.085.427	1.065.010	2%
Patrimônio Líquido	457.105	487.608	-6%
Ativo Circulante	52.466	50.642	4%
Passivo Circulante	134.128	106.765	26%
Indicadores Econômicos			
Geração de Valor - Margem EBITDA	10,14%	35,52%	-71%
Margem EBIT	1,23%	25,82%	-95%
Margem da Atividade - Margem Líquida	-11,39%	7,75%	-247%
Rentabilidade (Lucro x Patrimônio)	-2,81%	1,83%	-254%
Liquidez Corrente - em pontos	0,39	0,47	-18%
Giro do Ativo - em pontos	0,25	0,24	5%
Ações			
Valor Patrimonial da Ação (por Lote de mil)	978	1.043	-6%
Lucro (Prejuízo) Líquido por ação (R$)	(59,25)	41,68	-242%
Distribuição de Dividendos e JSCP (R$mil)	-	18.504	-100%

A movimentação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) está detalhada na tabela a seguir:

EBITDA	2014	2013	Var. %
Lucro (Prejuízo) Líquido	(30.503)	19.478	-257%
Imposto de Renda e CSLL - corrente	-	11.121	-100%
Resultado Financeiro	33.786	34.303	-2%
Depreciação e Amortização	23.876	24.361	-2%
EBITDA	**27.159**	**89.263**	**-70%**

Dados do Investimento, Orçamento Operacional 2014 e Governança Corporativa: O orçamento do empreendimento foi aprovado com o valor de R$ 1.063 bilhões, dos quais, aproximadamente 51% correspondem ao contrato com o Consórcio de Empresas de Fornecedoras de Serra do Facão - COFAC e os demais valores estão principalmente relacionados a custos socioambientais, administração do projeto e compra de aço, cimento e energia elétrica. Os custos ambientais, incluindo a indenização das propriedades atingidas, foram orçados em aproximadamente R$301 milhões que correspondem a aproximadamente 28% do orçamento. Com a assinatura do termo de encerramento do contrato EPC no ano de 2014, o orçamento do empreendimento, bem como, os respectivos custos associados ao investimento, foram finalizados no exercício de 2014. O orçamento operacional para o exercício de 2015 foi elaborado, projetando um resultado líquido anual de (R$10.235) milhões, incluindo os custos gerenciáveis (Administração, O&M da Usina e Seguros) no valor de R$12.928 milhões/ano. Com relação aos dividendos, a princípio haverá o pagamento de R$22.053 milhões referente ao resultado líquido de 2013. O plano operacional para o exercício de 2015 foi aprovado pelo Conselho de Administração em Dezembro de 2014. Todos os resultados financeiros estão baseados em "princípios" e "valores" observados pela Administração, preservando sempre a Governança Corporativa, Segurança, Responsabilidade Socioambiental, transparência, controles internos, aprimoramento de fluxos de processos e procedimentos internos. **Aspectos Socioambientais:** Ao longo do desenvolvimento das atividades ambientais, todos os ofícios do IBAMA têm sido prontamente respondidos, garantindo a manutenção da Licença de Operação do Empreendimento. Destaca-se a obtenção da Renovação da Licença de Operação em setembro de 2014 pelo período adicional de 06 anos, vencendo em Set-2020. Atualmente estão sendo executados 24 (vinte e quatro) Programas Ambientais previstos na renovação da Licença de Operação que em sua maioria são de continuidade aos Programas Ambientais da primeira licença de Operação em 2009. Não foram continuados os programas de resgate e circulação de Fauna, conforme orientação do IBAMA. O cumprimento e andamento dos programas é consolidado através do envio de relatórios anuais. **Benefícios Fiscais Levados aos Municípios e aos Estados de Goiás e Minas Gerais:** No período de operação da Usina em 2014, os Estados de Goiás e Minas Gerais, os municípios impactados pelo empreendimento, os ministérios de Meio Ambiente e de Minas e Energia e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) receberam, a título de compensação financeira prevista em legislação específica, um valor de aproximadamente R$4,6 milhões. Com relação aos municípios, o valor a ser distribuído obedece a dois critérios: 1) o repasse por ganho de energia por regularização de vazão; 2) o de área inundada pelo reservatório. Quanto ao restante da distribuição, este rateio é efetuado com base em critério previamente estabelecido pela ANEEL com os respectivos percentuais de distribuição. **Operação da Usina e status das obras complementares:** Durante o ano de 2014 foram concluídas as atividades pendentes relacionadas às Obras Civis e Montagem Eletromecânica. A Usina gerou 857.914 MWh, obteve ótimos resultados de disponibilidade (índice de 99,25%, comparado a 97%, previsto no plano operacional) e principalmente, gerenciou o processo de O&M pelo primeiro ano com equipe própria. Quanto às metas operacionais, um dos grandes objetivos da Diretoria é administrar a usina de modo a manter o reservatório com o nível de água adequado para otimizar a quantidade de energia a ser gerada em 2015, minimizando as compras de energia, um desafio extra na situação atual do sistema energético brasileiro, com escassez de água em todos os reservatórios e em nosso caso, agravada pelo enchimento do reservatório da UHE Batalha, à montante da UHE Serra do Facão ainda em andamento. **Perspectivas e Agradecimentos:** A operacionalização da Usina, gerenciamento dos programas ambientais e gerenciamento dos custos administrativos deverão continuar sendo efetuados em conformidade com as diretrizes, os cronogramas, os parâmetros orçamentários e de segurança definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade e os Acionistas, sendo que a Diretoria tem como seus objetivos, além da otimização dos resultados financeiros para o exercício de 2015, a contínua racionalização dos custos através da introdução de procedimentos de otimização de recursos materiais e de pessoal, sem que seja alterado o padrão de atendimento às condicionantes sócio-ambientais presentes na licença de operação em vigor, padrões de segurança e emprego de observância aos controles e procedimentos internos. Aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores internos e externos, Órgãos públicos, privados e às instituições financeiras, agradecemos o apoio e a confiança demonstrada ao longo deste período. Rio de Janeiro - RJ, 30 de janeiro de 2015. A Administração.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	50	782
Títulos e valores mobiliários	7	10.944	14.711
Contas a receber - Partes relacionadas	14	8.698	7.444
Contas a receber - Terceiros	5	23.170	21.988
Tributos e contribuições sociais	6	9.215	5.042
Outros créditos		389	675
Total do ativo circulante		52.466	50.642
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo:			
Títulos e valores mobiliários	7	19.043	21.839
Tributos e contribuições sociais	6	-	480
Tributos diferidos	8	16.707	1.274
Outros		190	464
Imobilizado	9	948.354	970.761
Intangível	10	48.667	19.550
Total do ativo não circulante		1.032.961	1.014.368
TOTAL DO ATIVO		1.085.427	1.065.010
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	14.232	7.336
Financiamentos - BNDES	13	39.425	73.710
Financiamentos - Itaú BBVA	13	50.546	-
Dividendos declarados	14	4.626	4.626
Tributos e contribuições sociais	6	1.009	1.893
Encargos do consumidor a recolher	12.1	6.184	4.298
Uso do bem público	12.2	9.276	8.715
Provisões	15	8.234	5.779
Outros passivos circulantes		596	408
Total do passivo circulante		134.128	106.765
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos - BNDES	13	439.340	443.255
Provisões	15	54.854	27.382
Total do passivo não circulante		494.194	470.637
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	467.368	467.368
Reservas de lucros	16	-	6.362
Dividendo adicional proposto	16	17.427	13.878
Prejuízos Acumulados	16	(27.690)	-
Total do patrimônio líquido		457.105	487.608
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.085.427	1.065.010

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demostrações do Resultado para o Exercicio Findo em 31 de Dezembro de 2014
(Em milhares de reais) exceto lucro por ação

	Notas	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	267.783	251.327
CUSTO DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS			
Compra energia elétrica		(116.288)	(28.871)
Pessoal		(4.380)	(1.849)
Material		(421)	(284)
Programas ambientais		(6.789)	(7.577)
Serviços de terceiros		(2.354)	(5.169)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão	12.1	(11.911)	(10.036)
Uso do bem público - UBP	12.2	(107.946)	(101.362)
Depreciação e amortização	9/10	(23.729)	(24.220)
Outros custos		(1.387)	(2.973)
		(275.205)	(182.341)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		(7.422)	68.986
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal		(949)	(791)
Administradores	14	(1.739)	(1.291)
Material		(24)	(39)
Serviços de terceiros		(1.259)	(1.511)
Depreciação e amortização	9/10	(147)	(141)
Outras despesas		(610)	(501)
		(4.728)	(4.274)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS			
Receita financeira	7	3.888	4.278
Despesa de juros -Itaú	13	(546)	(420)
Despesa de juros - BNDES	13	(35.511)	(37.922)
Outras despesas financeiras		(1.617)	(239)
RESULTADO FINANCEIRO		(33.786)	(34.303)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(45.936)	30.409
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	(11.121)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	15.433	190
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(30.503)	19.478
LUCRO(PREJUÍZO)LÍQUIDOPORLOTEDEMILAÇÕESBÁSICO		(R$ 0,07)	R$ 0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercicio Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

	2014	2013
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(30.503)	19.478
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	(30.503)	19.478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o Exercicio Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	Notas	31/12/2014	31/12/2013
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(30.503)	19.478
Ajustes para reconciliar o resultado com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Depreciação	9/10	23.876	24.361
Imposto de renda e contribuição social	19	(15.433)	10.931
Despesa de juros - BNDES	13	35.511	37.922
Despesa de juros	13	546	420
Renda de aplicações financeiras		(2.587)	(4.256)
Atualização monetária de provisões		315	217
Constituição de provisão para contingências		400	342
(Aumento) redução de ativos:			
Contas a receber	5/14	(2.436)	(324)
Tributos e contribuições sociais	6	5.752	23.713
Outros créditos		286	(151)
Aumento (redução) de passivos:			
Fornecedores	11	6.185	(5.215)
Tributos e contribuições sociais	6	(884)	(274)
Encargos do consumidor a recolher	12	2.446	584
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.445)	(7.544)
Outros passivos		189	(388)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		14.218	99.816
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Cauções, depósitos vinculados		274	-
Títulos e valores mobiliários		9.150	(6.764)
No imobilizado e intangível		(663)	(9.034)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		8.761	(15.798)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal - BNDES	13	(38.203)	(38.203)
Pagamentos de Juros - BNDES		(35.508)	(38.331)
Recebimento Empréstimos - Itaú BBVA		50.000	-
Dividendos pagos		-	(29.355)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(23.711)	(105.889)
REDUÇÃO (AUMENTO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(732)	(21.871)
No início do exercício	4	782	22.653
No fim do exercício	4	50	782
REDUÇÃO (AUMENTO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(732)	(21.871)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demostração do Mutações do Patrimônio Líquido para o Exercicio Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros Legal	Reservas de lucros Investimentos	Dividendo adicional proposto	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		467.368	1.839	6.098	20.105	-	495.410
Pagamento Dividendo adicional proposto	16 (c)	-	-	(2.549)	(20.105)	-	(22.654)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	19.478	19.478
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	16 (b)	-	974	-	-	(974)	-
Dividendo mínimo obrigatório - R$ 14,34 por lote mil ações	16 (c)	-	-	-	-	(4.626)	(4.626)
Dividendo adicional proposto	16 (c)	-	-	-	13.878	(13.878)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	16	467.368	2.813	3.549	13.878	-	487.608
Prejuízo líquido do exercício	16	-	-	-	-	(30.503)	(30.503)
Reserva legal	16 (b)	-	(2.813)	-	-	2.813	-
Dividendo adicional proposto	16 (c)	-	-	(3.549)	3.549	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	16	467.368	-	-	17.427	(27.690)	457.105

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado para o Exercicio Findo em 31 de Dezembro de 2014 (Em milhares de reais)

RECEITAS	Notas	31/12/2014	31/12/2013
Venda de energia e serviços	17	299.598	278.500
Receitas relativas à construção de ativos próprios	9	1.374	6.823
		300.972	285.323
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Materiais, serviços de terceiros e outros		(256.037)	(166.428)
		(256.037)	(166.428)
VALOR ADICIONADO BRUTO		44.935	118.895
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO	9/10	(23.876)	(24.361)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		21.059	94.534
VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO			
Receitas financeiras		3.888	4.278
		3.888	4.278
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		24.947	98.812
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:			
Pessoal:			
Remunerações		4.607	2.665
Encargos sociais (exceto INSS)		246	128
Auxílio alimentação		303	166
Convênio assistencial e outros benefícios		793	309
Total		5.949	3.268
Governo:			
INSS (sobre folha de pagamento)		1.119	663
Imposto de renda e contribuição social	19	(15.433)	10.931
PIS/COFINS	17	27.436	25.682
Outros	17	1	1
Total		13.123	37.277
Financiamentos:			
Juros e variações monetárias		36.057	38.342
Aluguéis		321	447
Total		36.378	38.789
Acionistas:			
Lucros distribuídos		-	4.626
Lucros (prejuízos) retidos (absorvidos)		(30.503)	14.852
Lucro líquido do período		(30.503)	19.478
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		24.947	98.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo Em 31 De Dezembro De 2014 (Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Serra do Facão Energia S.A. (a "Companhia" ou "SE-FAC"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 20 de outubro de 2005 sob a razão social de Romênia Participações S.A., tendo sido alterada através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2007. A Companhia tem por objetivo a exploração do potencial de energia hidráulica do Rio São Marcos, nos municípios de Catalão, Davinópolis, Campo Alegre, Ipameri e Cristalina, Estado de Goiás, e Paracatu no Estado de Minas Gerais, denominado Usina Hidroelétrica Serra do Facão ("UHE Serra do Facão"). A sede da Companhia está localizada na cidade de Catalão - GO, na Avenida 20 de Agosto, 1293 - subsolo. A UHE Serra do Facão tem potência instalada de 212,58 MW (2 turbinas com potência de 106,29 MW cada) e energia assegurada de 182,4 MW médios. A UHE Serra do Facão é constituída pela UHE Serra do Facão e pelo Sistema de Transmissão Associado, composto por uma subestação elevadora de 138 kV (da Usina) e duas linhas de transmissão de 138 kV, de interesse restrito à central geradora, com 32,5 km de extensão, que interliga a energia gerada pelas UG's ao SIN, Sistema Interligado Nacional, através da Subestação de Catalão da CELG. A concessão para produção de energia elétrica foi outorgada pelo Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público n° 129/2001, assinado em 7 de novembro de 2001, que vigorará pelo prazo de 35 anos, a partir da data de sua assinatura, e que poderá ser prorrogado, com base no próprio contrato de concessão, de acordo com a cláusula segunda do referido contrato, mediante cumprimento dos requisitos e processos ali mencionados, tais como: relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante o requerimento prévio com antecedência de 36 meses antes do seu término. O Contrato de Concessão previa que a concessão para o aproveitamento hidroelétrico fosse exercida pelo Consórcio Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão - Consórcio GEFAC. As empresas integrantes do Consórcio GEFAC formalizaram requerimento à ANEEL para a transferência da concessão de geração para a Romênia Participações S.A., anuído pela Resolução Autorizativa n° 814, de 14 de fevereiro de 2007. A referida Resolução prevê o encaminhamento, por parte das concessionárias envolvidas na operação, do Instrumento Particular de Distrato e de Extinção do Consórcio GEFAC, o qual ocorreu em 4 de abril de 2008, além da assinatura do termo aditivo ao Contrato de Concessão, no qual consta a referida transferência. A Companhia firmou contrato com o Consórcio de Empresas de Fornecedoras de Serra do Facão - COFAC, para o fornecimento dos serviços de engenharia, suprimentos, materiais, equipamentos, transporte, construção e obras civis, montagem, testes, comissionamento, treinamento e demais atividades necessárias para a implantação da UHE Serra do Facão sob o regime de empreitada "*Turn Key*" a preço global e prazo determinado, conforme proposta consolidada do contratado, projeto básico consolidado e especificações técnicas consolidadas. O início do fornecimento dos serviços ocorreu em fevereiro de 2007, tendo sido concluído no último trimestre de 2013. Através do leilão para novos empreendimentos de geração de energia realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 16 de outubro de 2007 estão contratados 121 MW médios de energia, pelo preço de R$131,49 (R$195,71 médio atualizado até 31 de dezembro de 2014) e, através do Termo de Acordo firmado entre os acionistas da Companhia, foram vendidos à sócia Alcoa Alumínio S.A. (Alcoa), pelo mesmo valor firmado no leilão, 60 MW médios de energia. Em 11 de novembro de 2008, o referido Termo de Acordo foi aditado ficando acordado que 30 MW médios da energia disponibilizada à Alcoa, no total de 60 MW médios, seriam disponibilizados no mercado livre pelo prazo de 18 meses, contados a partir da entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora. Concomitantemente, a SEFAC outorgou uma opção de compra, pelo mesmo valor firmado no leilão, dos referidos 30 MW médios dentro dos mesmos prazos citados. Em 12 de dezembro de 2008, foi definido que cada acionista, exceto Alcoa, teria o compromisso de compra da energia remanescente do projeto na proporção de sua participação na Companhia. Os referidos contratos celebrados no Ambiente Regulado, de acordo com as regras do leilão foram celebrados com o período de suprimento da zero hora do dia 1° de janeiro do ano de 2012 e o término do suprimento às 24 horas do dia 31 de dezembro do ano de 2041, independentemente do prazo final da concessão, permissão ou autorização SEFAC terminar no ano de 2036. De acordo com as regras do Leilão 001/2007 e com base nos contratos estabelecidos junto aos clientes, contratos estes registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), na eventualidade de o prazo final da concessão ou autorização do comprador ou vendedor encerrar-se antes do término do período de suprimento, o sucessor da titularidade da respectiva concessão assumirá todas as obrigações e direitos previstos nos presentes contratos. **Fase Operacional:** Após comissionamento dos equipamentos da Subestação de 138 kV, Serviços Auxiliares, turbinas, geradores, e satisfeitas todas as exigências legais, a UHE Serra do Facão iniciou a operação comercial da Unidade Geradora n° 01 em 13 de julho de 2010, autorizada através do Despacho ANEEL n° 2.001 de 12 de julho de 2010. A Unidade Geradora n° 02 teve sua operação comercial autorizada pela ANEEL em 7 de agosto de 2010, através do Despacho ANEEL n° 2274 de 6 de agosto de 2010. A partir dessas liberações, a SEFAC assumiu a operação da UHE Serra do Facão, sendo que a operação dos equipamentos dos grupos geradores, tomada d'água, vertedouro e subestação se fazem a partir da sala de controle. A SEFAC estabeleceu um contrato de 03 anos com a empresa Energisa Soluções S.A., especializada em operação de UHE's e Subestações, sendo estes serviços fiscalizados pela SEFAC, que adicionalmente fez a gestão junto ao Órgão Gestor do Sistema, ONS e Órgãos reguladores governamentais, CCEE e ANEEL. Com o término do contrato junto à Energisa, considerando todo

Continuação...

conhecimento dos sistemas e processos obtidos pela SEFAC durante este período, associados às análises internas e externas, bem como à expectativa de redução de custos sem impactos na geração, qualidade e segurança, em outubro de 2013, a Diretoria da SEFAC optou em primarizar os serviços até então terceirizados, sendo que esta alteração também foi analisada e aprovada pelo Conselho de Administração. Os seguros para a fase operacional e responsabilidade civil geral são contratados anualmente com período de vigência de 12 meses. Todas as licenças ambientais requeridas foram obtidas antes do início da operação da SEFAC. Desde a sua entrada em operação, a Companhia despachou a totalidade da energia que foi requerida, de acordo com a programação aprovada pelo ONS. (*). Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R$81.662 (R$56.123 em 31 de dezembro de 2013). A Administração, baseada nos contratos de venda de energia elétrica existentes e na iminente emissão de debêntures prevista para o segundo trimestre de 2015, considera que a geração de caixa oriunda destas receitas operacionais, juntamente com a emissão de debêntures previstas para os próximos meses serão suficientes para quitar os compromissos de curto prazo da Companhia. O saldo de caixa foi impactado no segundo semestre, basicamente, devido a maior exposição de custos associada à variação do Fator de Ajuste de Energia ("GSF") e Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD"). A Companhia, visando minimizar os impactos decorrentes destes custos, tem efetuado compra de energia elétrica de forma antecipada no mercado de curto prazo. Para o ano de 2015, a projeção dos valores de liquidação de energia da CCEE indicam uma melhora no cenário em relação ao ano de 2014. (*) informação não auditada pelos auditores independentes.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a) Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Adicionalmente, a Companhia adota normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). b) Base de elaboração: As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinação dos ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, quando aplicáveis. Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas com base na moeda Real - R$ como moeda funcional e de apresentação.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS; a) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, depósitos bancários à vista resgatáveis a qualquer prazo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. b) Contas a receber: Engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, acréscimos moratórios e outros, até o balanço, contabilizado com base no regime de competência. c) Títulos e Valores Mobiliários: Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das Demonstrações Financeiras e não excedem o seu valor de mercado. d) Depósitos Judiciais: Refere-se aos depósitos judiciais requeridos pela justiça em função das discussões em curso. e) Imobilizado: Está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear. O valor contábil líquido não excede o seu valor recuperável. Os custos incorridos na aquisição ou construção do imobilizado estão sendo depreciados desde o início das suas operações. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, os encargos financeiros e as variações monetárias relativas aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado, quando da fase de construção da usina, estão registrados nesse grupo como custo. Conforme taxas de depreciação definidas pela Resolução Normativa ANEEL n° 474/2012, alguns bens do ativo possuem vida útil superior ao prazo de concessão e, portanto, ao término do período de 35 anos da concessão, esses bens ainda terão valor residual não depreciado. A Administração, com base no novo manual de contabilidade do setor elétrico, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2015, está avaliando a aplicabilidade das alterações dos procedimentos referentes a depreciação/amortização dos bens integrantes do ativo imobilizado da Companhia. As vidas úteis atuais estimadas dos ativos de geração utilizadas pela Companhia são as seguintes: • Reservatórios, barragens e adutoras: 50 anos; • Edificações, obras civis e benfeitorias: 25 a 50 anos; • Máquinas e equipamentos: 30 a 40 anos; • Veículos: 05 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos; f) Licença de operação: O registro da provisão para as condicionantes vinculadas à Licença de Operação ("LO") foi efetuado no Ativo Intangível, em cumprimento à orientação técnica OCPC 05, sendo que os valores são amortizados mensalmente, de forma linear pelo prazo de 6 anos, prazo concedido pelo Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") quando da Renovação da LO. A contrapartida desta provisão foi contabilizada na rubrica de Provisão para Gastos com Licença de Operação no passivo, e serão realizados até 2020. g) Outros Ativos Circulantes: São apresentados ao valor de custo, acrescidos das variações e deduzidos da provisão necessária, quando aplicável, para refletir o valor de realização. h) Financiamentos: Os financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido *(pro rata temporis),* considerando a taxa efetiva das captações dos referidos financiamentos. Os financiamentos estão atualizados pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas do balanço e estão demonstrados na Nota 13. i) Outros Passivos Circulantes: São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos encargos de férias e folha de pagamento, é provisionado à medida que os serviços são efetivamente prestados. j) Apuração do resultado: O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais à índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização. k) Receita operacional: A receita operacional é composta pelos contratos ACR (Ambiente de Contratação Regulada), 121 MW médios, e pelo contrato ACL (Ambiente de Contratação Livre), 60 MW médios, sendo que ambos estão sendo contabilizados com base no regime de competência e possuem vigência até dezembro de 2041. Os contratos são reajustados anualmente pelo IPCA no mês do reajuste autorizado das distribuidoras (ACR) e todo mês de janeiro para o contrato ACL. O volume de vendas anual é linear, variando apenas os volumes mensais devido a sazonalização, não impactando a receita operacional anual. l) Tributação e encargos do consumidor a recolher: Tais custos são contabilizados na ocorrência de seus fatos geradores respeitando o regime de competência. Compensação Financeira (CFURH): • A Compensação Financeira, instituída pela Constituição de 1988 e regulamentada pelas Leis n° 7.990/89 e n° 8.001/90, é paga pelos detentores das concessões de usinas hidroelétricas aos Estados, aos Municípios e aos órgãos da administração direta da União, pela exploração dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% se destinam aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério de Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia, e 4% ao Ministério de Ciência e Tecnologia. O total a ser pago é calculado segundo uma fórmula padrão: 6,75% x energia gerada no mês x Tarifa Anual de Referência ("TAR"). Para o ano de 2014, a TAR foi definida em R$79,87 MWh, conforme Nota Técnica ANEEL n° 493, de 11 de novembro de 2013. Pesquisa & Desenvolvimento (P&D): • Conforme previsto no Contrato de Concessão, a Companhia deve aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D. Conforme dispõe o art. 12 da Lei n° 10.848, de 15 de março de 2004, os investimentos em pesquisa e desenvolvimento devem ser realizados da seguinte forma: > 40% dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; > 40% dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulado pela ANEEL; > 20% dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia. Taxa de Fiscalização da ANEEL (TFSEE): • Instituída pela Lei n° 9.427, de 26 de dezembro de 1996, equivale à 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. Para o segmento de geração e transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários), o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos e sua gestão fica a cargo da ANEEL. Tarifa de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição e Geração (TUSDg): • É um encargo legal do setor elétrico brasileiro que incide sobre os consumidores conectados aos sistemas elétricos das concessionárias de distribuição e geração. A TUSDg é um dos componentes do preço nos contratos de energia elétrica de grandes consumidores de energia elétrica, especificamente no que diz respeito ao transporte desta energia no Sistema Interligado Nacional. m) Uso do Bem Público ("UBP"): O valor a pagar referente ao UBP é devido mensalmente a partir do início das operações. O Contrato de Concessão n° 129/2001, assinado em novembro de 2001, determina que a energia elétrica produzida pelo empreendimento seja comercializada pela Companhia, com vigor por prazo de 35 anos contados a partir dessa data. O Segundo Aditivo do Contrato de Concessão determina que seja pago, a título de Uso do Bem Público - UBP (Concessão onerosa), a partir da entrada em operação da 1ª máquina até novembro de 2036. O valor original total fixado pelo segundo aditivo do contrato é de R$1.073.000, o qual vem sendo atualizado anualmente pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, até junho de 2011, e pela variação do IGP-M e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a partir de julho de 2011. O valor total em 31 de dezembro de 2014 é de R$2.448.759 (R$1.436.554 descontado a valor presente, na data do balanço, pela taxa de 5,74%). Os valores vêm sendo pagos mensalmente, desde julho de 2010, e são contabilizados diretamente no resultado operacional na rubrica Uso do Bem Público - UBP. A Administração entende que os pagamentos a título do UBP constituem obrigação inserida no contrato de concessão, paga mensalmente enquanto a concessionária estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico. Tem a característica de uma taxa ou encargo setorial, tal como diversos outros, a exemplo da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH. Sobre a contabilização da UBP, segundo as normas do CFC/IFRS, a Administração optou pela não contabilização dos pagamentos futuros a título de UBP como dívida e ativo intangível, influenciando o resultado da Companhia, mantendo o registro desses pagamentos como despesa operacional, na medida em que ocorrem os pagamentos mensais. n) Disputas legais: As provisões são constituídas com base na opinião da consultoria jurídica da Companhia e de seus consultores legais externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. o) Redução ao valor recuperável de ativos: Ao fim de cada exercício ou sempre que houver qualquer modificação relevante no ambiente de negócios que a Companhia opera, a administração verifica se há indicação de que seus ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável *(impairment).* Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado e o valor contábil dos bens é reduzido de forma a refletir o valor recuperável estimado. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se houver a contabilização de perda por redução ao valor recuperável, a mesma é reconhecida imediatamente no resultado. p) Uso de estimativas: O processo de elaboração das Demonstrações Financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. q) Instrumentos financeiros: A companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas Demonstrações Financeiras quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, os ativos financeiros da Companhia estão classificados como empréstimos e recebíveis. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados e contas a receber de partes relacionadas) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. Os passivos financeiros (incluindo empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar), após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. r) Demonstração do valor adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas Demonstrações Financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. s) Demonstração do Fluxo de Caixa: A Companhia optou por apresentar os fluxos de caixa oriundos de pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos passivos como atividade de financiamento. 3.1. Adoção dos padrões Internacionais de Contabilidade e alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil. O *International Accounting Standards Board - IASB* publicou ou alterou pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes: Aplicáveis em ou a partir de 1° de janeiro de 2014: IAS 36 - Redução no valor recuperável de ativo (alteração) - introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento. IAS 39 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração (alteração) - clarifica que não há necessidade de descontinuar o Hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. IAS 32 - Instrumentos financeiros - divulgação (alteração) - clarifica as condições para apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo liquido de suas posições. IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS12 - Divulgação de participações em outras entidades e IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas (alteração) - introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para as empresas de investimento. IFRIC 21 - Taxas governamentais (nova interpretação) - introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental. Os procedimentos acima não trouxeram impactos significativos para as Demonstrações Financeiras. Aplicáveis em ou a partir de 1° de janeiro de 2015: IFRS 9 (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. IFRS 9 e 7 (alterações) - Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 sobre data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição. A Companhia analisou os eventuais impactos decorrentes desses novos pronunciamentos e considera que não haverá nenhum impacto relevante nas suas Demonstrações Financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	1	334
Banco conta movimento	49	448
	50	782

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES: O prazo médio de vencimento do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2014 é de 45 dias. A Companhia entende não haver necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos sobre o saldo das contas a receber, considerando não haver risco relevante de perdas com esses créditos. Em 31 de dezembro de 2014 é composto da seguinte forma:

Cliente	31/12/2014	31/12/2013
CELESC	2.047	1.999
COPEL	1.910	1.500
ELETROPAULO	1.806	1.684
CEMIG	1.632	1.628
COELBA	1.501	1.468
ENERSUL	1.090	844
CELPE	1.066	1.015
CELG	1.006	946
CPFL-PAULISTA	856	982
CEB-D	853	793
AMPLA	838	768
BANDEIRANTE	737	768
RGE	723	759
AES SUL	691	629
ELEKTRO	676	567
LIGHT	661	641
COELCE	653	705
COSERN	647	622
CEPISA	582	541
CEMAR	573	543
ESCELSA	556	491
CELPA	547	653
CEEE-D	437	405
CPFL-PIRATININGA	348	377
EPB	287	254
OUTROS	447	406
	23.170	21.988

Em 31 de dezembro de 2014, não havia saldo vencido compondo a carteira de contas a receber.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS:

	Ativo		Passivo	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda - IR	6.521	18	120	1.154
Contribuição Social - CSLL	2.179	-	-	517
ICMS	-	-	13	8
PIS	177	1.064	123	1
COFINS	334	4.434	569	4
INSS	-	-	125	152
FGTS	-	-	28	19
ISS	-	5	20	22
Outros	4	1	11	16
Total	9.215	5.522	1.009	1.893
Circulante	9.215	5.042	1.009	1.893
Não Circulante	-	480	-	-

Os créditos de PIS e COFINS são oriundos das aquisições de bens do ativo imobilizado relacionados ao custo do investimento da Serra do Facão Energia S.A., conforme facultam as Leis n° 10.833/03 e n° 10.865/04. Tais créditos ficam disponíveis para serem compensados com o pagamento de PIS e COFINS sobre o faturamento mensal às razões de 1/24 e 1/48 respectivamente. Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social pagos por estimativa nos meses de janeiro a junho foram absorvidos com o prejuízo acumulado no resultado do exercício de 2014. A compensação desses impostos ocorrerá ao longo do exercício de 2015.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2014	31/12/2013
Banco Bradesco	FI Ref DI Premium Federal	98,74% CDI (a)	19.043	21.839
Banco Bradesco	FI Referenciado DI Premium	102,20% CDI (b)	10.944	14.711
			29.987	36.550
Circulante			10.944	14.711
Não circulante			19.043	21.839

Os títulos e valores mobiliários são compostos, principalmente, de títulos em fundos de investimentos não exclusivos, e refletem, nas datas dos balanços, o valor de mercado, podendo ser resgatados a qualquer momento sem perda de rendimento. a) Conta reserva BNDES: Representa a aplicação financeira no montante de R$19.043 (R$21.839 em 31 de dezembro de 2013), no Bradesco S.A., vinculada à garantia do empréstimo do BNDES (Nota 13). A aplicação tem estimativa de remuneração de 98,74% da variação do CDI no período. Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste, uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta somente pode ser realizada com autorização formal do BNDES. b) Fundo DI Premium: Representa a aplicação financeira no montante de R$10.944 (R$14.711 em 31 de dezembro de 2013) no Banco Bradesco S.A., referente a aplicação em fundo de investimento não exclusivo. A aplicação tem estimativa de remuneração de 102,20% da variação do CDI no período.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS: A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias e base negativa de prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2014. Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O Imposto de Renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a Contribuição Social constituída à alíquota de 9%. O prazo estimado para realização dos tributos diferidos da base negativa de 2014 será até o exercício de 2016, considerando as projeções de resultado para os anos de 2015 e 2016.

	Ativo			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda:				
Prejuízo fiscal 2014	44.677	11.169	-	-
Diferenças temporárias	4.462	1.115	3.747	937
		12.284		937
Contribuição social:				
Prejuízo fiscal 2014	44.677	4.021	-	-
Diferenças temporárias	4.462	402	3.747	337
		4.423		337
Total		16.707		1.274

9. IMOBILIZADO

	Taxas médias anuais de depreciação	31/12/2014 Custo	31/12/2014 Depreciação acumulada	31/12/2014 Líquido	31/12/2013 Líquido
Imobilizações em serviço: Móveis e utensílios	10 %	231	(75)	156	101
Máquinas e equipamentos	20%	273	(145)	128	167
Veículo	20%	37	(7)	30	37
Imobilizado operacional:					
Edificações, obras, benfeitorias, reservas, barragens e adutoras e terrenos, depósitos judiciais	2%	674.201	(54.844)	619.357	632.286
Veículos	20%	604	(294)	310	288
Móveis e utensílios	10%	188	(26)	162	290
Máquinas e equipamentos	2,90%	373.064	(44.853)	328.211	337.592
Total imobilizado em serviço		1.048.598	(100.244)	948.354	970.761

Apresentamos abaixo a movimentação do imobilizado:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	970.761	971.924
Aquisições líquidas	1.353	24.318
Depreciação	(23.760)	(24.248)
Baixas	-	(747)
Transferência PIS e COFINS	-	(486)
Saldo final	948.354	970.761

Para fins de preparação do modelo para teste de impairment, a Administração considerou em suas projeções que, a partir do ano de 2016 haverá uma melhora na exposição decorrente de GSF (Fator de Ajuste de Energia) e consequentemente, PLD (Preço de Liquidação das Diferenças), minimizando os custos com compra e liquidação de energia, mesmo assim, não retornando aos patamares normais de custos, mas com uma sensível diferença em relação aos anos de 2014 e 2015. Essa premissa tem como base a média histórica hidrológica referente as cheias e/ou secas que são diferentes do que ocorreu durante o ano de 2014, acreditando assim, que, o nível dos reservatórios sejam maiores no final do ano de 2015 em comparação ao final do ano de 2014 e assim, sucessivamente. Desta forma, a Administração entende que, mesmo com as alterações do custo de energia ocorridas até o momento, bem como, os valores de custos projetados para os anos seguintes, não há a necessidade de constituição para ajuste ao valor recuperável *(impairment).* Com o término das obras civis em dezembro de 2012 e montagem eletromecânica em novembro de 2013, a Companhia, visando o encerramento do contrato com o COFAC (Consórcio Construtor de Serra do Facão), negociou os pleitos de ambas as partes e encerrou o processo de negociação contratual relacionado ao Contrato EPC, onde foi pago o valor de R$800 (R$498 base out-05 e R$302 referente a correção contratual) à Camargo Correa, como acerto final entre as partes. A Administração avalia que, com o referido termo de encerramento assinado, não há mais riscos ou impactos futuros para a Companhia, uma vez que, o referido documento confere a plena, rasa, ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação a quaisquer atos ou fatos relacionados com o contrato e com o seu objeto. A Serra do Facão possui ativos a integralizar no seu imobilizado proporcionalmente ao percentual de participação de seus acionistas. Esses ativos se referem a investimentos realizados pelo Consórcio Grupo de Empresas Associadas Serra do Facão (GEFAC) que até o presente momento encontra-se em poder dos integrantes do Consórcio GEFAC.

10. INTANGÍVEL

	Taxas médias anuais de amortização	31/12/2014 Custo	31/12/2014 Amortização acumulada	31/12/2014 Líquido	31/12/2013 Líquido
Intangível					
Software	20%	461	(318)	143	213
Intangível transmissão	2%	1.234	(58)	1.176	1.201
Licença de operação (*)	25%	53.347	(5.999)	47.348	18.136
Total intangível em serviço		55.042	(6.375)	48.667	19.550

(*) Detalhes descritos nas notas explicativas n°s 3.f e 15.

Apresentamos abaixo a movimentação do intangível:	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial	19.550	1.527
Provisão licença de operação	35.211	18.136
Aquisições	20	-
Amortização	(115)	(113)
Amortização licença de operação	(5.999)	-
Saldo final	48.667	19.550

11. FORNECEDORES: Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de fornecedores no valor de R$14.232 (R$7.336 em 31 de dezembro de 2013) a pagar se refere aos contratos de prestação de serviços e fornecimento de materiais do período.

	31/12/2014	31/12/2013
Compra energia	12.535	-
Outros fornecedores	1.697	7.336
Saldo final	14.232	7.336

12. ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER E USO DO BEM PÚBLICO:

12.1. Encargos do Consumidor a recolher	Passivo 31/12/2014	Passivo 31/12/2013
Pesquisa e desenvolvimento	4.938	3.150
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	34	34
Tarifa de uso do sistema de distribuição e geração - TUSDg	598	639
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	614	475
Total	6.184	4.298

12.2. Uso do Bem Público	Passivo 31/12/2014	Passivo 31/12/2013
Uso do Bem Público - UBP	9.276	8.715
Total	9.276	8.715

Conforme determinado no Contrato de Concessão n° 129/2001 e seus aditivos, o encargo da Utilização do Bem Público (UBP), no valor total atualizado em 31 de dezembro de 2014 de R$2.448.759 (R$1.436.554) descontado a valor presente, na data do balanço, pela taxa de 5,74%, é recolhido à União enquanto da exploração do Aproveitamento Hidroelétrico, em parcelas mensais proporcionais ao valor anual reajustado pelo IGP-M (calculado pela Fundação Getúlio Vargas) tendo base inicial para o reajuste o mês de maio de 2001 (mês do início da concessão) comparado ao IGP-M do mês anterior à entrada em operação (junho de 2010). Conforme celebração do 3° Aditivo ao Contrato de Concessão n° 129/2001 junto à ANEEL, a cláusula de reajuste da UBP passou a ser calculada através de dois índices a partir de julho de 2011, sendo: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (parcela de energia elétrica comercializada pela UHE Serra do Facão no Ambiente de Contratação Regulada - ACR) e Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M (parcela de energia elétrica comercializada no Ambiente de Contratação Livre - ACL). O referido termo aditivo foi assinado em 23 de maio de 2011. O índice de variação de 12 meses do IPCA acumulado até dezembro de 2014 foi de 6,41% (5,91% em 31 de dezembro de 2013) e o índice do IGP-M foi de 3,6749% (5,5257% em 31 de dezembro de 2013).

13. FINANCIAMENTOS

Composição da dívida	Circulante	Não circulante	Total 31/12/2014	Total 31/12/2013
Moeda nacional				
BNDES	39.425	439.340	478.765	516.965
Itaú BBVA	50.546	-	50.546	-
Total	89.971	439.340	529.311	516.965

	Taxa anual de juros	31/12/2014	31/12/2013
Saldo inicial BNDES	TJLP + 2,28% a.a.	516.965	520.189
Pagamento BNDES		(73.711)	(203.971)
Juros BNDES		35.511	200.747
Empréstimo Itaú	DI + 2,3% a.a.	50.000	-
Juros Itaú		546	200.747
Total		529.311	516.965
Circulante		89.971	73.710
Não circulante		439.340	443.255

A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 15 de abril de 2009, no montante de R$520.000, destinado à implantação da UHE Serra do Facão. O montante total liberado foi de R$520.189. O referido financiamento possui prazo de carência de 26 meses e está sendo amortizado em 192 parcelas mensais e sucessivas, contemplando principal e juros em cada parcela, sendo que o início do pagamento ocorreu em 15 de julho de 2011. A Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco Itaú BBVA em 13 de novembro de 2014. O montante total liberado foi de R$50.000. O referido financiamento possui prazo de carência de 180 dias e será amortizado em 01 (uma) única parcela na data de 20 de maio de 2015. O referido empréstimo ponte tem como objetivo principal, a quitação de compromissos de curto prazo, principalmente os compromissos decorrentes de custos associados às variações do GSF e do PLD. Os montantes para pagamento do principal em longo prazo do empréstimo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

2016	38.203
2017	38.203
2018	38.203
2019	38.203
2020	38.203
2021 a junho de 2027	248.325
	439.340

O Financiamento do BNDES é garantido por: a) Cessão fiduciária de direitos emergentes do Contrato de Concessão n° 129/2001; b) Penhor de ações da Companhia, fornecida pelos acionistas Alcoa Alumínio S.A., Furnas Centrais Elétricas S.A., DME Energética S.A. e Camargo Corrêa Energia S.A.;Adicionalmente, de acordo com as cláusulas contratuais, a Companhia deve atender durante o período de amortização do contrato, que se iniciou em julho de 2011, o seguinte índice financeiro: • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes. A Administração entende que em 31 de dezembro, a Companhia não atendeu os covenants do BNDES referente ao ICSD, entretanto o BNDES concedeu em 15 de setembro de 2014 a aprovação para o não atendimento destes covenants no referido exercício.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS: Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, os saldos das transações com partes relacionadas são compostos como segue:

	31/12/2014 Ativo (a)	31/12/2014 Passivo (b)	31/12/2013 Ativo (a)	31/12/2013 Passivo (b)
Alcoa Alumínio S.A.	8.698	1.618	7.444	1.618
DME Energética S.A.	-	467	-	467
Camargo Correa Energia S.A.	-	253	-	253
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	2.288	-	2.288
Total	8.698	4.626	7.444	4.626

	31/12/2014 Acumulado Receita (Despesa)	31/12/2013 Acumulado Receita (Despesa)
Alcoa Alumínio S.A.	97.614	92.169
Total	97.614	92.169

(a) O prazo médio de vencimento do saldo de contas a receber de contratos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2014 é de 15 dias. A Companhia entende não haver

Continuação...

necessidade de constituição de provisão para devedores duvidosos sobre o saldo das contas a receber, considerando não haver risco relevante de perdas com esses créditos. (b) Referente a dividendos declarados. O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga por serviços de administradores está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Honorários	1.449	1.067
Encargos sociais	290	224
	1.739	1.291

15. PROVISÕES

	31/12/2014	31/12/2013
IBAMA - Compensação ambiental (a)	11.278	11.278
IBAMA - Estratificação do reservatório (b)	3.254	2.939
Provisão para gastos com licença de operação (c)	47.348	18.136
Riscos trabalhistas (d)	1.150	750
Riscos civeis (e)	58	58
	63.088	33.161
Circulante	8.234	5.779
Não circulante	54.854	27.382

a) A Companhia adotou como prática o reconhecimento da provisão para compensação ambiental ao término da construção da UHE Serra do Facão, sendo o valor total atualizado, o montante de R$13.542 (R$13.416 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia, baseada em estudos realizados por seu departamento ambiental concluiu como futuro desembolso provável para a liquidação do processo o montante de R$11.278 (R$11.278 em 31 de dezembro de 2013), que corresponde a uma parte do valor total em discussão, valor este que na data do balanço está contabilizado a débito no custo do imobilizado e incluído no processo de unitização dos bens. b) Refere-se a dois autos de infração emitidos pelo IBAMA em junho de 2010 e estão relacionados à mortandade de peixes, que somam R$8.225 (R$8.148 em 31 de dezembro de 2013). O valor estimado de futuro desembolso provável para a liquidação dos autos pelos assessores legais soma R$3.254 (R$2.939 em 31 de dezembro de 2013). c) Refere-se a provisão dos gastos estimados para atendimento das condicionantes sócio-ambientais vinculadas à renovação da LO junto ao IBAMA. d) Refere-se a provisão para eventual condenação em ação trabalhista em que a Serra do Facão Energia S.A. figura como 1ª e 2ª reclamada. e) Refere-se a provisão de uma ação de indenização de desapropriação que soma o valor de R$140 em 31 de dezembro de 2014 (R$138 em 31 dezembro de 2013) com valor para eventual condenação estimado em R$58 que está provisionado (R$58 em 31 de dezembro de 2013). No decorrer do ano de 2012, a SEFAC apresentou defesa em uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual de Goiás na Justiça Estadual de Goiás, no fórum de Catalão, com o valor da causa atualizado em R$29.986 sobre os mesmos fatos relativos à mortandade de peixes no reservatório da UHE Serra do Facão. O risco dessa ação foi determinado como possível pelos assessores legais da Companhia e, portanto, não foi constituída a provisão para esse risco. A ação judicial, devido à defesa apresentada, teve o foro deslocado para a Justiça Federal de Brasília e no momento, o processo está suspenso até o julgamento da exceção de incompetência, devido a impossibilidade jurídica de alteração do polo ativo da demanda ajuizada pelo Ministério Público Estadual. A Companhia tem outras ações de natureza cível e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação dos advogados da Companhia e de seus consultores legais externos, para as quais não há provisão constituída, sendo os valores atualizados em 31 de dezembro de 2014 pelo montante, respectivamente R$200 e R$1.189 (R$ 857 em 31 de dezembro de 2013).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o capital social, no valor de R$467.368, é representado por 467.368.000 ações, sendo 377.240.104 ordinárias e 90.127.896 preferenciais, nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. A totalidade das ações preferenciais são detidas pela acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém, têm prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia e têm direito a um dividendo fixo de R$0,01 (um centavo de real) por lote de 1.000 ações. O capital social da Companhia em 31 de dezembro 2014 e em 31 de dezembro de 2013 é assim composto:

	Quantidade de ações			
	Ordinárias	Preferenciais	Total	%
Alcoa Alumínio S.A.	163.455.882	-	163.455.882	34,97
DME Energética S.A.	47.146.692	-	47.146.692	10,09
Camargo Corrêa Energia S.A.	25.541.149	-	25.541.149	5,46
Furnas Centrais Elétricas S.A.	141.096.381	90.127.896	231.224.277	49,47
	377.240.104	90.127.896	467.368.000	100,00

b) Reserva Legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. c) Dividendos: A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos declarados" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras, mas antes da data de autorização para emissão desta, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto". Esse dividendo adicional somente será pago após haver homologação dos acionistas e do BNDES. Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, sendo que, adicionalmente, a Companhia obteve a autorização do BNDES para distribuição do dividendo adicional proposto. O valor total dos dividendos foi aprovado através de Assembléia Geral Ordinária/Extraordinária, porém, devido as dificuldades enfrentadas pelo setor elétrico, dentre elas, o ano hidrológico nunca observado nas metas históricas dos índices pluviométricos e a alteração na legislação referente ao pagamento dos encargos decorrentes da geração térmica, a Companhia foi impactada significativamente nos seus custos referentes a liquidação de energia elétrica na CCEE, tanto pelo GSF, como pelo PLD e pelo Encargo de Segurança Energética ("ESS"), fazendo com que o pagamento dos dividendos fosse postergado através de Assembléia Geral Extraordinária.

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(30.503)	19.478
Reserva legal (5%)	-	(974)
Absorção da reserva legal	2.813	-
Base de cálculo para dividendos	(27.690)	18.504
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	-	4.626
Dividendo adicional proposto	-	13.878

d) Lucro líquido (prejuízo) por ação: O lucro líquido (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias durante o exercício. Não há fatores de diluição a serem considerados no cálculo do resultado por ação:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(30.503)	19.478
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (em milhares)	377.240	377.240
Resultado básico por ação em R$	(0,07)	0,05

17. RECEITA: A seguir, a análise da receita da Companhia no período:

	31/12/2014	31/12/2013
Suprimento/Fornecimento de energia	294.647	277.527
Receita energia secundária - CCEE	4.950	124
Outras receitas	1	849
Total da receita bruta	299.598	278.500
PIS	(4.894)	(4.581)
COFINS	(22.542)	(21.101)
ICMS	(1)	(1)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.378)	(1.490)
Total da receita líquida	267.783	251.327

18. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA: Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa:

	31/12/2014	31/12/2013
Aquisições de imobilizado financiadas	710	5.820
Provisão para gastos com licença de operação	35.211	18.136
Compensações de Pis e Cofins	11.214	25.677
Total	47.135	49.633

19. CONCILIAÇÃO DE TRIBUTOS NO RESULTADO: A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro (prejuízo) contábil como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(45.936)	30.409
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota de 34%	(15.618)	(10.339)
Outros	185	(592)
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	15.433	(10.931)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(11.121)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.433	190

A alíquota utilizada na conciliação de 2014 e de 2013 é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição. Regime Tributário de Transição (RTT): Para fins de determinação dos montantes de imposto de renda e de contribuição social sobre as subsidiárias brasileiras, em 2008 foi publicada a Medida Provisória n° 449/08, posteriormente convertida na Lei n° 11.941/09, que alterou a Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/76), a fim de conceder às empresas a opção de adotar as disposições do Regime Tributário de Transição ("RTT"). Estas mudanças permitiram às empresas neutralizar os efeitos contábeis decorridos da Lei n° 11.638/07, e controlar os itens de reconciliação entre os registros contábeis e fiscais no Livro de Apuração do Lucro Real ("LALUR"), de forma que o novo quadro contabilístico introduzido (IFRS) não afetasse o imposto de renda e a contribuição social. Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória n° 627/13, que revoga o RTT e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei n° 1.598/77, que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência conferida por lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.Em 14 de maio de 2014, foi publicada no Diário Oficial da União a conversão da MP 627/13 na Lei n° 12.973. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015, sendo permitido ao contribuinte que opte pela antecipação dos efeitos para 2014 como condição para eliminar eventuais efeitos tributários relacionados a dividendos pagos, ao cálculo dos juros sobre capital próprio e à avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial. Considerando a Lei n° 12.973/14, a Administração avaliou que não houve impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: a) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	31/12/2014	31/12/2013
Recebíveis:		
Contas a receber	31.868	29.432
Cauções e depósitos vinculados	190	464
	32.058	29.896
Valor justo por meio do resultado:		
Caixa e equivalentes de caixa	50	782
Títulos e valores mobiliários - mantidos até o vencimento	19.043	21.839
Títulos e valores mobiliários	10.944	14.711
	30.037	37.332
Passivos financeiros		
Fornecedores	14.232	7.336
Financiamentos	529.312	516.965
	543.544	524.301

b) Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de risco. Os principais riscos de mercado os quais a Companhia está exposta são os seguintes: b.1. Riscos relacionados aos títulos e valores mobiliários. A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos. b.2. Risco de taxa de juros e índices flutuantes. A receita da Companhia é vinculada à correção anual do IPCA. Nos empréstimos da Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (TJLP) e variações do CDI. Até dezembro de 2014, a Companhia não adotou o procedimento de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. Adicionalmente, a Companhia possui um compromisso de pagar o UBP, cuja indexação está atrelada à variação do IPCA e IGP-M. b.3. Análise de sensibilidade da taxa de juros Em decorrência do histórico de volatilidade das taxas de juros, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade demonstrando os eventuais impactos no seu resultado de curto prazo. Se as taxas de juros fossem 25% mais altas e todas as outras variáveis se mantivessem constantes, o prejuízo do período findo em 31 de dezembro de 2014 aumentaria em R$8.991. c) Riscos hidrológicos: De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidelétricas (UHE). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada UHE, incluindo a UHE da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera, como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia está exposta ao mercado de energia de curto prazo, fato este que afetou os seus resultados financeiros durante o ano de 2014. d) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores registrados no ativo circulante e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os valores dos títulos e valores mobiliários registrados nas Demonstrações Financeiras aproximam-se dos valores de realização em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata. O valor contábil do financiamento em reais tem suas taxas atreladas à variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP e refletem as condições de mercado para este tipo de financiamento. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

21. SEGUROS: A Companhia possui cobertura de seguro para: riscos operacionais, responsabilidade civil, incluindo empregador e danos morais, multi riscos escritório RJ e GO, garantia e riscos diversos. A cobertura de seguros da Companhia está demonstrada conforme quadro a seguir:

Ativo	Tipo de cobertura	Vigência	Limite Máximo de Indenização
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Responsabilidade Civil	08/06/2014 a 08/06/2015	25.000
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Responsabilidade Civil	14/07/2014 a 14/07/2015	20.000
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Risco operacional	14/07/2014 a 14/07/2015	572.637
UHE Serra do Facão S.A	Seguro - Multi Riscos - Empresarial Escritório RJ	16/11/2014 a 16/11/2015	404
UHE Serra do Facão S.A	Seguro - Multi Riscos - Empresarial Escritório GO	16/11/2014 a 16/11/2015	541

A adequação dos limites de cobertura dos seguros contratados não foi examinada pelos auditores independentes.

22. COMPROMISSOS: O valor gasto em Projetos Ambientais de janeiro a dezembro de 2014 foi de R$6.789 (R$7.577 em 31 de dezembro de 2013). Em 09 de setembro de 2014, o IBAMA emitiu a 1ª Renovação da Licença de Operação 895/2009, com validade até 08 de setembro de 2020. Em cumprimento à legislação, a SEFAC publicou em 25 de setembro de 2014 no Diário Oficial da União, a informação sobre a 1a Renovação da Licença de Operação 895/2009. Todos os programas estão sendo executados conforme previsto na 1a Renovação da Licença de Operação 895/2009 e em harmonia com os entendimentos mantidos entre a SEFAC e o IBAMÁ. Ao todo são 4 Macro Atividades Socioambientais que englobam 33 Atividades Socioambientais, cujos resultados devem ser apresentados anualmente ao IBAMA por meio de relatórios consolidados, conforme quadros a seguir: **ATIVIDADES SOCIOAMBIENTAIS : PROGRAMAS FÍSICOS (F); PROGRAMAS BIÓTICOS (B); PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS (S)ATIVIDADES SOCIOAMBIENTAIS:** (F) Programa de Monitoramento Climatológico; (F) Programa de Monitoramento Limnológico e de Qualidade de Água; (F) Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico; (F) Programa de Monitoramento Sismológico; (F) Programa de Monitoramento e Controle das Condições de Erosão; (F) Programa de Monitoramento do Lençol Freático; (F) Programa de Acompanhamento dos Direitos Minerários; (B) Programa de Limpeza Seletiva da Bacia de Acumulação; (B) Subprograma de Conservação da Fauna Projeto de Monitoramento da Fauna; Projeto de Monitoramento da Fauna e Flora em Área de Deposição de Galhadas; (B) Subprograma de Conservação da Flora; Projeto de Marcação de Matrizes Arbóreas e Coleta de Sementes Florestais; (B)Programa de Conservação da Ictiofauna; Monitoramento da Ictiofauna; Monitoramento da Eficiência do STP; Monitoramento e Resgate da Ictiofauna nas Paradas das UGs; Prevenção, Monitoramento e Controle de Espécies Exóticas Invasoras; Mitigação dos Impactos e Conservação da Ictiofauna Nativa Afetada; (S) Programa de Gestão Patrimonial; (B) Programa de Recomposição Vegetal da APP; Subprograma de Conectividade de Fragmentos Vegetais; (B)Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD); (S) Programa de Compensação Ambiental; (S) Programa de Comunicação Social; (S) Programa de Educação Ambiental; (S) Programa de Indenização e Remanejamento da População; Subprograma de Assistência Técnica e Social; Subprograma de Monitoramento da Qualidade de Vida das Famílias; (S) Programa de Reorganização da Infra-Estrutura e Apoio aos Serviços Municipais; (S) Programa de Saúde e Controle de Vetores; (S) Programa de Preservação do Patrimônio Arqueológico; (S) Programa de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural; (S) Programa de Regularização dos Imóveis e das Reservas Legais.

23. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS: As Demonstrações Financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de janeiro de 2015.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: MEMBROS TITULARES: Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira; José Marcio Peralta; Ricardo de Barros Moraes Sayão; Dario Almeida Albagli; Miguel Gustavo Junqueira Franco; Rodrigo Cardoso Barbosa.
MEMBROS SUPLENTES: Claudia Campos Leite; Marco Antônio Carvalho Gomes; Rogério Gonçalves Pizeta; Mateus Tiraboschi; Benedito Maria de Mendonça Chaves; Fernando Luiz Aguiar Filho.
DIRETORIA EXECUTIVA: EDUARDO BUENO GUIMARÃES - DIRETOR PRESIDENTE; ODAIR BATISTA CARVALHO - DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO. PATRÍCIA NOGUÉIRA DE SOUZA POLATE - CONTADOR - CRC RJ-095769/0-O GO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Serra do Facão Energia S.A. Catalão - GO: Examinamos as demonstrações financeiras da Serra do Facão Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras: Direito de outorga ou direito de concessão - Uso do Bem Público "UBP". Conforme mencionado na Nota explicativa n° 3.m às demonstrações financeiras, a Companhia não registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público ("UBP"). O registro contábil vem sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais, iniciadas em julho de 2010. Entendemos que o registro da obrigação do UBP deveria ter sido efetuado em contrapartida ao ativo intangível (direito de concessão) na data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2014, os saldos de obrigações a pagar e do ativo intangível (direito de concessão) estão a menor em R$1.436.554 mil e R$982.764 mil (em R$1.392.435 mil e R$1.027.604 mil em 2013), respectivamente, e o patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social estão a maior em R$453.790 mil e R$88.960 mil (R$364.831 mil e R$93.487 mil), respectivamente, sem considerar os efeitos tributários. Opinião com ressalva: Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra do Facão Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Ênfase: Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente. Conforme mencionado na Nota explicativa n° 3.e às demonstrações financeiras, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. A medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. Continuidade: Conforme mencionado na nota explicativa n° 1 às demonstrações financeiras, a Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2014, capital circulante líquido negativo no montante de R$81.662 mil (R$56.123 em 31 de dezembro de 2013 mil) e prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social no montante de R$45.936 mil (Lucro de R$30.409 mil em 2013). A Administração da Companhia está avaliando as providências necessárias para reverter esta situação. O sucesso dessas medidas é importante para uma melhora na posição econômico-financeira da Companhia e para a continuidade normal de suas operações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto. Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado: Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é opcional para Companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos da falta do registro da obrigação a pagar do direito de exploração de Uso do Bem Público, descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Rio de Janeiro,28 de Janeiro de 2015.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes - CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ.
Paulo Roberto Marques Garrucho - Contador - CRC 1 RJ 052.813/O-1.

61.007

NB Empreendimentos Imobiliários Ltda.

COMUNICADO

Comunicamos que foram extraviados os blocos de notas fiscais de número 1 a 250, AIDF 4061997, com autenticação na prefeitura de Goiânia das notas de número 1 a 125 sob o número 13061997, pertencentes à empresa NB Empreendimento Imobiliários Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 01.488.885/0001-82 e cadastro municipal sob o número 118.526-8.

60.899

Companhia Ultragaz S/A

COMPANHIA ULTRAGAZ S/A
AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO
Edital de Comunicação

Conforme resolução do CONAMA 006/86, a Companhia Ultragaz S/A CNPJ: 61.602.199/0277-46 localizada na Cidade de Senador Canedo Goiás, torna público que requereu da Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás – SEMARH, a Licença de Funcionamento para Atividade de Comércio Atacadista de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Foi determinado estudo de impacto ambiental.

60.992

Idtech

IDTECH idtech.org.br

Hospital Alberto Rassi HGG

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E HUMANO – IDTECH
HOSPITAL ALBERTO RASSI – HGG
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA

EDITAL DE SELEÇÃO PARA RESIDÊNCIA MÉDICA/2015

O HOSPITAL ALBERTO RASSI – HGG, POR MEIO DA COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA – COREME, FAZ SABER A TODOS OS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ SELEÇÃO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA, EM CONFORMIDADE COM AS CONDIÇÕES ABAIXO E ESTABELECIDAS NO EDITAL:

NOME DO PROGRAMA	DURAÇÃO DO PRM EM ANOS	VAGAS OFERECIDAS POR ANO DE PRM	SITUAÇÃO PRM NO SISCNRM	VAGAS RESERVADAS PARA AS FORÇAS ARMADAS
CARDIOLOGIA	02	01	CREDENCIADO	00
NEFROLOGIA	02	02	CREDENCIADO	00

2. INSCRIÇÃO:
2.1 PERÍODO: 18/03/2015 E 20/03/2015, DAS 8 ÀS 19 HORAS.
2.2 LOCAL: COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MÉDICA (COREME) DO HOSPITAL ALBERTO RASSI – HGG, LOCALIZADA NA AVENIDA ANHANGUERA, Nº 6.479, SETOR OESTE, GOIÂNIA – GO – 5º ANDAR. TELEFONE: (62) 3209-9981.

3. SELEÇÃO:
3.1 PRIMEIRA FASE: DIA 22/03/2015 – PROVA ESCRITA
3.2 DIVULGAÇÃO DO GABARITO: 22/03/2015
3.3 SEGUNDA FASE: AVALIAÇÃO CURRICULAR
3.4 RESULTADO FINAL: 28/03/2015

4. INFORMAÇÕES GERAIS: O EDITAL COMPLETO ESTÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO LOCAL DAS INSCRIÇÕES E NO SITE *WWW.HOSPITALALBERTORASSI.ORG.BR*

GOIÂNIA, 18 DE MARÇO DE 2015

MARCELO FOUAD RABAHI
DIRETOR DE ENSINO E PESQUISA DO HGG
CRM: 5.959